



Autarquias/Dívidas: Lisboa nega situação de "ruptura"

Lisboa, Portugal 18/06/2008 19:33 (LUSA)

Temas: Saúde, Autoridades locais, Sociedade

Lisboa, 18 Jun(Lusa) - A Câmara de Lisboa admite uma situação de "dificuldade financeira" mas nega uma "ruptura", tal como é referido no Anuário Financeiro de 2006, que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresenta quinta-feira. As contas das autarquias apresentadas no Anuário Financeiro de 2006, que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresenta quinta-feira, apontando para a falta de dinheiro para pagamento de dívidas, é desvalorizada pelo vereador com o pelouro das Finanças, Cardoso da Silva. O vereador Cardoso da Silva (PS), negou, em declarações à Lusa, que a autarquia lisboeta esteja em situação de ruptura financeira. "Há uma situação de dificuldade financeira que estamos a resolver com os cem grandes fornecedores, através de acordos de pagamento. Não há uma situação de ruptura financeira no sentido estrito do termo", sustentou Cardoso da Silva.

ACL.

Lusa/Fim.



Autarquias/Dívidas: Braga, Vidigueira e Penedono, três bons exemplos de equilíbrio financeiro

Braga, Portugal 18/06/2008 18:20 (LUSA)

Temas: orçamento, Autoridades locais

Braga, 18 Jun (Lusa) - Nem todas as autarquias estão com a «corda na garganta» em relação às finanças, casos como Braga, Vidigueira e Penedono têm equilíbrio financeiro que lhes permite dívidas "suportáveis". A situação das contas das autarquias que consta no Anuário Financeiro de 2006, que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresenta quinta-feira, aponta para uma maioria de autarquias com falta de dinheiro para pagamento de dívidas, mas há casos positivos.

A Câmara de Braga mantém uma capacidade de endividamento de 54 milhões de euros, segundo as contas do Governo, o que "demonstra a boa gestão financeira do Município", disse, hoje, à Lusa o seu presidente. Mesquita Machado adiantou que a dívida camarária, resultante de investimentos

anteriores, "é perfeitamente suportável em termos orçamentais e de tesouraria do município".

O autarca socialista comentava a síntese de um estudo feito por quatro investigadores da Universidade do Minho, e hoje publicada no Diário Económico, sobre a situação financeira dos municípios portugueses e que classificava a situação de Braga como "equilibrada".

Mesquita Machado espera conseguir ler a totalidade do estudo universitário, mas aproveita para se congratular com o resultado já divulgado: "isto vem negar aquilo que a oposição anda a dizer sobre o endividamento da Câmara", afirmou.

O autarca considera "não haver qualquer contradição" entre a folga de endividamento que a Câmara ainda possui - segundo dados oficiais - e o recente lançamento de um concurso para parcerias-público-privadas para financiamento da construção de diversos equipamentos desportivos, culturais e sociais no concelho. "Houve um concurso público, cujo valor ronda os 50 milhões de euros, mas estamos a analisar as propostas", sublinhou, frisando que o Município só as aceitará se forem vantajosas.

O presidente da Câmara garante que, caso as propostas não sirvam os interesses municipais, "será pedido um empréstimo ao banco para fazer as obras". Lembrou que estão em curso diversos investimentos, nomeadamente a construção de uma piscina olímpica e o prolongamento do túnel no centro da cidade, estando em conclusão o projecto de requalificação do Monte de Picoto, "que será feito quer haja ou não parcerias".

A Lusa tentou ouvir o líder da Coligação Juntos por Braga, Ricardo Rio, na oposição, mas tal não foi possível.

A Coligação tem vindo a afirmar que o Município tem uma dívida próxima dos 120 milhões de euros, alguma dela resultante de investimentos megalómanos, e que lhe traz frequentes problemas de tesouraria.

No caso do município da Vidigueira, Beja, o seu presidente, Manuel Narra justificou a "boa situação financeira" da autarquia com "alguma contenção nas despesas" e a "forma ponderada com que têm sido feitos investimentos".

Lembrando a "reduzida capacidade de endividamento", o autarca disse à agência Lusa que a Câmara, nos últimos anos, evitou "investimentos acima das suas capacidades" e "avançou sobretudo com projectos com co-financiamento comunitário garantido".

"A situação financeira da Câmara da Vidigueira poderá durar pouco tempo", alertou o autarca, referindo que "a confirmar-se as previstas transferências de competências do Estado para as autarquias sem as necessárias contrapartidas financeiras, a curto prazo não haverá nenhum município em Portugal com contas equilibradas".

Com as contas equilibradas está também a Câmara de Penedono, no distrito de Viseu. Para o presidente da Câmara local, João Carvalho, o equilíbrio financeiro do seu município é justificado com o facto de seguir uma "política de rigor nos planos e orçamentos", para além de não recorrer a créditos bancários.

João Carvalho assegurou que, ao longo dos 23 anos, a autarquia de Penedono nunca recorreu a empréstimos, limitando-se apenas a pagar os que já tinham sido contraídos.

"Enquanto cá estiver, vai continuar a ser assim, a menos que tivesse de empenhar o Município para comprar 20 ou 20 mil pessoas e evitar a desertificação", ironizou o autarca.



Autarquias/Dívidas: Autarcas da região Centro reconhecem dificuldades mas desdramatizam situação

Coimbra, Portugal 18/06/2008 18:20 (LUSA)
Temas: orçamento, Autoridades locais

Coimbra, 18 Jun (Lusa) - A situação das contas das autarquias identificada no Anuário Financeiro de 2006, que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresenta quinta-feira, apontando para a falta de dinheiro para pagamento de dívidas, é desdramatizada por autarcas da região Centro. Os presidentes de Câmara de alguns dos concelhos mais endividados, são peremptórios a considerar que a situação melhorou de 2006 para 2007 e que as contas estão a ir no bom caminho, embora reconheçam as dificuldades. Para Manuel Frexes, presidente da Câmara do Fundão, no distrito de Castelo Branco, "o indicador dá uma visão distorcida da realidade". "Não faz sentido relacionar dívidas de grandes investimentos para o futuro com receitas de um único ano", disse o autarca, cujo município surge em terceiro lugar na lista dos mais aflitos. "Não há aflição nenhuma", garantiu, acrescentando que "era o mesmo que relacionar o valor de uma casa com aquilo que uma família ganha num ano. Estava tudo falido". "Aliás, se o indicador fosse de 2007, já tinha que obedecer a outras regras da contabilidade autárquica", disse Manuel Frexes. "Ou seja, os números seriam outros, mas a realidade seria a mesma: a nossa situação é tranquila", sublinhou. "Só temo o efeito que estas notícias, que analisam coisas complexas de um único ponto de vista, possam ter na nossa credibilidade junto das instituições financeiras", lamentou, ao mesmo tempo que admitiu que a Câmara do Fundão pode ser prejudicada na comparação com contas de outros municípios, "por não disfarçar a dívida, vendendo património ou com outras operações financeiras". "Quando falamos de 30 milhões de dívidas a fornecedores, falamos de tudo. Não há dívidas noutras rubricas", assegurou. "Os nossos fornecedores recebem a 150 dias", através de um contrato de "factoring", disse Frezes, considerando aquele prazo "aceitável". O pagamento dessa intermediação financeira está escalonado "a 10 e 12 anos", com amortizações de capital anuais "de três a quatro milhões". Na Nazaré, distrito de Leiria, os valores da dívida da autarquia em 2006 eram "muito diferentes aos actuais", até porque "foi feito um esforço muito grande" para abater o passivo, que se cifra actualmente em 12 milhões de euros, disse o presidente da Câmara local. "O ano de 2006 foi muito mau do ponto de vista contabilístico porque estávamos a fechar os investimentos de um Quadro Comunitário de Apoio, mas a situação começa a estar melhor", disse Jorge Barroso, que tenciona entregar nos próximos meses um pedido de saneamento financeiro junto do Tribunal de Contas. "Estamos muito próximos de ter capacidade de endividamento", salientou o autarca nazareno.

Mais a norte, em Castanheira de Pêra, a autarquia está também a preparar um plano de saneamento financeiro para fazer face à dívida global, que ronda também os 12 milhões de euros.

"Estamos numa situação financeira não muito boa", que "se arrasta desde 2005 e 2006", sem possibilidade de contrair novos empréstimos, explicou Fernando Lopes, presidente da Câmara local, sublinhando que, antes da publicação da nova Lei das Finanças Locais, a autarquia tinha 58 por cento de capacidade de endividamento. Para este valor elevado da dívida, em muito contribuíram os projectos de grandes dimensões como a Praia das Rocas, a Piscina das Ondas ou a Praça da Notabilidade, equipamentos que "pesaram muito no orçamento" da autarquia, acrescentou Fernando Lopes.

Em Ansião, a alguns quilómetros de Castanheira de Pêra, o cenário não é tão dramático, explicou o presidente da autarquia local, Fernando Marques, que admitiu alguns "problemas de tesouraria" no pagamento a fornecedores. "Estamos a resolver os problemas de tesouraria e a situação está melhor" que em 2006 mas, entre compromissos financeiros e facturas a fornecedores, a autarquia tem ainda dívidas de 11 milhões de euros, disse Fernando Marques. Neste contexto, o executivo tenciona apresentar um plano de saneamento financeiro já na próxima Assembleia Municipal. "Os problemas de tesouraria devem-se ao volume enorme de obras em curso", pelo que "vou propor um empréstimo" que deverá atingir os cinco milhões de euros para regularizar o pagamento das facturas, revelou o autarca. Outra autarquia em dificuldades na região Centro, é Mangualde, no distrito de Viseu. Porém, para o seu presidente, Soares Marques, a situação que se verificava nos anos de 2005/2006 decorreu das "obras significativas" então feitas pela autarquia. "Mas, nem de longe, nem de perto, está à beira da ruptura financeira", assegurou, ironizando: "Se calhar estão a confundir a autarquia de Mangualde com a de Lisboa". O autarca frisou ainda que "2007 foi o melhor ano da autarquia em termos de recuperação financeira desde 1997".

PJA/CMM/LFO.

Lusa/Fim



Autarquias/dividas: Câmaras do Norte com dificuldades por causa de investimentos e das dívidas à EDP

Porto, Portugal 18/06/2008 18:20 (LUSA)
Temas: Economia, Negócios e Finanças, Autoridades locais

Porto, 18 Jun (Lusa) - As autarquias de Gondomar e Valongo contestaram hoje o 'ranking' do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2006, que as coloca em situação de ruptura financeira, acusando-o de contabilizar erradamente uma dívida de médio/longo prazo à EDP. "Gostava que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) [autora do anuário] tivesse o cuidado de saber o que está a dizer", lamentou o vice-presidente da Câmara de Valongo, em declarações à agência Lusa. De acordo com João Queirós, na própria Lei das Finanças Locais está previsto que esta dívida deve ser contabilizada como de médio/longo prazo, não devendo ser considerada na de curto prazo. O anuário referente a 2006, que vai ser apresentado publicamente quinta-feira, refere que 71 autarquias do país (contra 48 em 2005) estão em situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural, tendo por base a relação entre a dívida a fornecedores e as receitas totais do ano anterior. O 'ranking' das câmaras em pior situação é liderado por Aveiro, seguido da Nazaré, Fundão, Oliveira de Azeméis e Celorico da Beira. Na região Norte, destaque ainda para Castelo de Paiva, Gondomar, Espinho, Valongo e Guarda.

Segundo salientou o vice-presidente da Câmara de Valongo, a dívida da autarquia à EDP representa 21,3 milhões de uma dívida total de 39 milhões de euros, tendo o município ainda disponível uma capacidade de endividamento de 13 milhões de euros. "Se a dívida à EDP for contabilizada como de médio/longo prazo, como o deve ser, a câmara está, actualmente, em equilíbrio financeiro de 9,5 milhões de euros", acrescentou.

Na mesma linha, o município de Gondomar - que no Anuário Financeiro de 2006 surge no 8º lugar entre os municípios em pior situação financeira - garante estar "em situação de solidez financeira" e ser "dos mais cumpridores do país". "Este estudo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas parece que pretende repetir o erro do ano passado", sustenta a autarquia em comunicado, recordando que os dados então divulgados, referentes a 2005 e que colocavam Gondomar no 1º lugar no 'ranking' das autarquias em ruptura financeira, motivou uma queixa-crime por parte da câmara por "confundir" dívidas de médio/longo e de curto prazo. De acordo com a autarquia liderada por Valentim Loureiro, a dívida à EDP data do período compreendido entre 1978 e 1988 - anterior à gestão do actual presidente - tendo em 1997 sido celebrado com aquela empresa um protocolo de regularização dessa

dívida "que tem sido rigorosamente cumprido". "As prestações estão a ser pagas de acordo com o definido e o referido valor está contabilizado na Conta 222 - Fornecedores de Médio e Longo Prazo. Logo, não pode - ou não deve - ser considerada dívida de curto prazo", remata. Contactado pela agência Lusa, o presidente da Câmara de Castelo de Paiva - autarquia que no anuário de 2006 surge no 6º pior lugar do 'ranking' - destacou que a autarquia "melhorou substancialmente" a sua situação financeira desde 2006 e "vai no bom caminho".

"Estamos a fazer um esforço muito grande", garantiu Paulo Teixeira, recordando que o último relatório da Direcção-Geral das Autarquias Locais reportou, há um mês, uma "substancial" melhoria dos prazos de pagamento a fornecedores e uma diminuição "drástica" da dívida da câmara. "Desde Janeiro até agora não aumentei a dívida e ainda paguei dois milhões de euros", afirmou o autarca, adiantando que a dívida da câmara se situa actualmente nos 10 milhões de euros, mas "os activos superam quatro vezes o passivo". Relativamente à situação financeira da autarquia em 2006, ano a que respeita o anuário da CTOC, Paulo Teixeira atribuiu-a à dívida de 4,5 milhões de euros do Estado à câmara e aos elevados investimentos feitos na renovação do parque escolar, abastecimento de água, renovação do edifício dos Paços do Concelho, remodelação do hospital e da rede viária municipal e construção de infra-estruturas desportivas. "Gostaríamos era que o Governo fizesse à Câmara de Castelo de Paiva o que fez à de Lisboa, que nós pagávamos já as nossas dívidas de curto prazo", sustentou o autarca, referindo-se à compra do terreno para o Hospital de Todos os Santos e da Epal. O presidente da Câmara de Mondim de Basto, Pinto de Moura, disse à Lusa que a situação de endividamento da autarquia se deve às várias obras realizadas, algumas apenas com verbas próprias, e aos atrasos na chegada dos fundos comunitários. O social-democrata Fernando Pinto de Moura, à frente da autarquia desde 1982, refere que estão em curso no concelho obras como o abastecimento de água e estação de tratamento (dois milhões de euros), Biblioteca Municipal (um milhão de euros), uma escola do ensino básico (600 mil euros), ou a recuperação do edifícios dos Paços do Concelho (1,5 milhões de euros). Neste concelho, com 171,87 quilómetros quadrados de área e 8.574 habitantes, subdividido em oito freguesias, existem "apenas 30 quilómetros de estrada nacional", pelo que o autarca salientou o "forte investimento do município" na repavimentação e requalificação das estradas municipais. Pinto de Moura sustentou ainda que a situação de endividamento, se deveu "a atrasos na chegada de fundos comunitários ou dos contratos-programa destinados a pagar as obras em curso no concelho". "Mal as dívidas à autarquia sejam pagas, nós poderemos também pagar o dinheiro que devemos. Como somos pessoas de bem vamos pagar", afirmou o autarca. Pinto de Moura sustenta que a situação financeira do município também "foi fruto" da nova Lei das Finanças Locais. "Enquanto com a outra lei estávamos com a capacidade de endividamento na ordem dos 10 milhões de euros, as novas regras obrigaram a somar todas as dívidas não nos permitindo mais ir buscar essa receita", salientou. O autarca referiu ainda que a câmara "cumpre a lei" no que diz respeito aos seus funcionários, possuindo actualmente cerca de centena e meia de trabalhadores. "As câmaras têm recebido novas atribuições e num concelho onde há poucas entidades empregadoras, as autarquia assumem também um relevante papel social", salientou.

PD/PLI.
Lusa/Fim



Autarquias/Dívidas: ANMP faz leitura positiva das finanças municipais

Lisboa, Portugal 18/06/2008 14:55 (LUSA)
Temas: Economia (geral), Autoridades locais, finanças públicas, Sociedade

Lisboa, 18 Jun (Lusa) - A Associação Nacional de Municípios faz uma leitura positiva da evolução das contas das autarquias, considerando que tem havido melhorias significativas, apesar da situação identificada no Anuário Financeiro de 2006 que revela falta de dinheiro para pagar dívidas. "De 2005 para 2006 houve melhorias e em 2007 foi melhor", afirmou a vice-presidente da ANMP, Isabel Damasceno, em declarações à agência Lusa, baseada na "tendência" que conhece, uma vez que ainda não dispõe de dados precisos relativamente ao último ano.

Os jornais económicos publicam hoje dados de um estudo que será apresentado quinta-feira pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, segundo o qual em 2006 cerca de 70 por cento das câmaras não tinha dinheiro para pagar dívidas de curto prazo. A ANMP afirma-se otimista com o relatório financeiro, destacando que as finanças municipais registaram uma evolução positiva em 2006, face ao ano anterior, tendência que deverá verificar-se também em 2007. Segundo Isabel Damasceno, apesar das dificuldades, tem havido uma evolução significativa, acompanhada de novas restrições. A autarca sublinhou que em 2006 se verificou um decréscimo da receita de 141 milhões de euros e, por outro lado, uma tendência de restrições ao crédito. Em 2007 entrou em vigor a nova Lei de Finanças Locais, com novas regras e limites ao endividamento que condicionam o recurso a empréstimos. "Estamos perante uma situação complexa e as despesas correntes não são fáceis de diminuir de um dia para o outro. Em 2006 estávamos numa fase final de fundos comunitários que já não tinham reflexo", explicou Isabel Damasceno, acrescentando que os municípios têm vindo a adaptar-se e "não são, nem podiam ser, alheios à situação do país".

Com base nos dados de 2006, o Jornal de Negócios e Diário Económico avançam que 71 municípios incorrem em ruptura ou desequilíbrio financeiro estrutural - o que implicaria uma intervenção do Governo, ao abrigo da lei que entrou em vigor em 2007 - e complementada por um decreto-lei de 1 de Março de 2008. Isabel Damasceno não tem conhecimento de que algum município tenha sido notificado pelo Executivo na sequência da apresentação das contas do ano passado, aprovadas até

ao final de Abril último, o mesmo se passando com o apuramento do excesso de endividamento.

"Isso implica uma análise exaustiva das contas e depois de notificados, os municípios podem ainda justificar", referiu.

Uma das recomendações apontadas no estudo é reduzir a despesa com pessoal (que pesa em média mais de 30 por cento do total nas câmaras), mas para Isabel Damasceno essa medida depende muito das autarquias e das diferentes realidades.

"O correcto é que se recorra a mão-de-obra externa e não se contratem pessoas, mas em Trás-os-Montes ou no Alentejo isso não é fácil", exemplificou, justificando que em muitos locais as câmaras são os principais empregadores porque "não há empresas, não há oferta".

A autarca, que preside à Câmara de Leiria (PSD), afirmou que na autarquia o indicador de recursos humanos, de despesas com pessoal, face à população, é muito baixo, mas sublinhou que isso se deve à capacidade de resposta do mercado para satisfazer os serviços que têm de ser assegurados pela câmara.

"Não é possível fazer isto em todo o país", reiterou.

"Por outro lado, fazemos investimentos em equipamentos culturais e desportivos (bibliotecas, piscinas municipais...) que têm de ter pessoas para funcionar e aí muito dificilmente é possível recorrer a contratação externa", frisou.

Apesar de reconhecer que não é fácil a situação com que se deparam os municípios, Isabel Damasceno confia na aplicação dos recursos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para "dar algum alívio" às autarquias.

"Sem recurso a fundos extraordinários tem de haver restrições", referiu quando questionada sobre a capacidade de investimento dos municípios.

Em comunicado, a ANMP diz que houve uma preocupação em não aumentar a despesa: "prova disso mesmo é que cerca de 92 por cento das autarquias, em consequência de uma gestão municipal eficiente e sustentada, satisfazem mais de metade dos parâmetros considerados naquele estudo".

Em 2006, houve 73 municípios, num total de 308, que não recorreram a empréstimos bancários, contra 63 em 2005 e 33 em 2004, indica.

A ANMP sublinha que o "stock" de capital em dívida relativa a empréstimos bancários diminuiu cerca de 25 por cento, ou seja, 62 milhões de euros.

"O saldo corrente em 2006 foi positivo em 291 milhões de euros", afirma a ANMP, salientando que 236 municípios apresentaram resultados económicos positivos.

AH.

Lusa/fim



Autarquia/dívidas: Câmara de Aveiro à espera do Tribunal de Contas para sanear as finanças

Número

de

Documento:

8461710

Aveiro, Portugal 18/06/2008 19:01 (LUSA)
Temas: Economia, Negócios e Finanças, Autoridades locais

Aveiro, 18Jun (Lusa) - A Câmara de Aveiro está à espera da aprovação pelo Tribunal de Contas da nova versão que enviou do plano de saneamento financeiro para sair da "lista negra" dos municípios mais endividados, disse à Lusa fonte da autarquia. O vereador responsável pelas Finanças da Câmara de Aveiro, Pedro Ferreira, reagiu hoje "sem surpresa" ao anuário financeiro dos municípios elaborado pelos Revisores Oficiais de Contas que coloca Aveiro entre os municípios em pior situação. "É uma situação conhecida decorrente do historial da autarquia. Para lhe fazer face, a câmara apresentou, em Novembro, um Plano de Saneamento Financeiro", disse o autarca.

O plano foi, segundo o autarca, chumbado pelo Tribunal de Contas (TC), pelo que foi agora reenviada uma adenda, que está em apreciação", acrescentou o vereador. Segundo Pedro Ferreira, o plano compreende um conjunto de medidas de contenção da despesa e de obtenção de receita, para inverter a situação. No que respeita às despesas, cerca de um quarto dos fluxos de caixa anuais (12,5 milhões de euros em 50 milhões de euros) dizem respeito a encargos com pessoal, que partilham com os encargos financeiros, sensivelmente equivalentes, a posição cimeira das despesas.

Quanto a estes, o plano de saneamento financeiro, que aguarda aprovação pelo TC compreende um empréstimo de 58 milhões de euros a 12 anos, que para Pedro Ferreira é essencial para criar alguma folga financeira e permitir reduzir em um terço os encargos financeiros.

Já quanto aos custos com o pessoal, a outra grande despesa, o executivo da coligação PSD/CDS já admitiu que não tenciona fazer despedimentos, apontando outras medidas, nomeadamente a redução de pessoal por via da aposentação. "Por três funcionários que saírem só entra um", assegura Pedro Ferreira. A fórmula é, no entanto, de aplicação demorada no tempo se for tido em consideração que até 2020 apenas se deverão aposentar 97 pessoas e o actual quadro da Câmara compreende 600 funcionários.

Pedro Ferreira indicou outras vias complementares com que a câmara conta conseguir diminuir essa despesa: a redução das horas extraordinárias e das ajudas de custo. Reorientar tarefas é, segundo o vereador, outra das orientações a seguir, reduzindo as horas gastas em tarefas administrativas mediante a aplicação de soluções informáticas. Enquanto aguarda pelo veredicto do TC, o executivo tem tomado outras medidas, designadamente procurar reduzir as compras e transferir os resíduos sólidos urbanos, em que registava um défice nessa área, para os Serviços Municipalizados, com uma situação mais equilibrada do que a câmara. Pedro Ferreira conta ainda com os efeitos, no próximo ano, da centralização das compras, com o que espera obter poupanças na ordem dos 10 por cento.

MSO.

Lusa/fim



Autarquias/Dívidas: Presidente da Câmara de Machico minimiza índice de dívidas a fornecedores

Funchal, Portugal 19/06/2008 16:36 (LUSA)

Temas: Economia (geral), Política, Autoridades locais, Orçamento do Estado e impostos, finanças públicas

Funchal, 19 Jun (Lusa) – O presidente da Câmara Municipal de Machico, Emanuel Gomes, minimiza o facto da sua autarquia ser a que possui, na Madeira, o maior índice de devidas a fornecedores, segundo o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006”.

O Anuário elaborado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas às autarquias do País coloca a Câmara Municipal de Machico, na Região Autónoma da Madeira, em 15/o lugar no índice de devidas a fornecedores. “De facto temos essa situação que nos coloca em 15/o lugar mas também figuramos em 17/o lugar no que diz respeito a investimentos”, contrabalança o autarca, apesar de reconhecer que é “uma situação preocupante”, que terão de “ir sanando aos poucos”, disse à Agência Lusa. “O excesso de endividamento é preocupante mas está sob controlo”, adianta. Emanuel Gomes realça que esse endividamento se deve “aos grandes investimentos realizados nos últimos anos, sendo as despesas correntes pouco expressivas”. Esse endividamento reporta-se a empreiteiros de obras públicas “pois no valor global da dívida, de cerca de 20 milhões de euros, 16 milhões de euros são de grandes investimentos”, afirma.

O autarca realça, por outro lado, que relativamente ao ano económico de 2007 e por força da Lei das Finanças Locais, a Câmara de Machico reduziu em 15 por cento o excesso de endividamento. Apesar dos contactos para a Câmara Municipal da Calheta, a segunda maior na região naquele índice (em 19/o lugar), a Lusa não conseguiu obter nenhuma declaração.

EC

Lusa-fim



Anuário 2006: Mafra lidera ranking das câmaras com a gestão mais equilibrada

19 de Junho de 2008, 14:49

Lisboa, 19 Jun (Lusa) - Mafra é a autarquia com a gestão financeira, económica e patrimonial mais equilibrada, de acordo com um ranking global que consta no anuário

dos municípios portugueses de 2006 apresentado hoje pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC). Cascais, Matosinhos, Castelo Branco e Braga ocupam os lugares seguintes de uma tabela elaborada com base na ponderação de dez indicadores: dívidas a terceiros por habitante; liquidez; endividamento líquido por habitante; resultado líquido nos últimos dois anos, por habitante; peso das despesas com pessoal nas despesas totais; arrecadação de impostos e taxas por habitante; diminuição dos passivos financeiros; grau de execução de receita nos últimos dois anos; investimentos por habitante nos últimos dois anos e grau de cumprimento do Programa Oficial de Contabilidade da Administração Local (POCAL).

Este ranking com os melhores 50 municípios na conjugação destes dez indicadores é "largamente dominado" pelos municípios de média dimensão (com população superior a 20 mil habitantes e inferior a 100 mil) que ocupam 30 dos 50 lugares da tabela. Os de grande dimensão (mais de 100 mil habitantes) são 12 e os de pequena dimensão (menos de 20 mil habitantes) são apenas oito. A CTOC admite, no entanto, que este ranking apresenta uma "limitação" importante: só foram analisadas as contas individuais dos municípios "uma vez que ainda não existem contas consolidadas", agregando as contas das empresas e serviços municipalizados. Por outro lado, o facto de alguns municípios apresentarem um índice de cumprimento do POCAL "bastante reduzido pode distorcer alguns dos indicadores", lê-se no documento. Segundo o anuário, em 2006 eram 71 os municípios que enfrentavam uma situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural, numa lista liderada por Aveiro, Nazaré, Fundão, Oliveira de Azeméis, Celorico da Beira, Castelo de Paiva, Mangualde, Gondomar e Sines. Em situação mais confortável aparecem as câmaras da Vidigueira, Braga, Penedono, Aguiar da Beira, São Roque do Pico, Vila do Porto, Anadia, Alvito, e Santa Marta de Peneguião.

Outra das conclusões "preocupantes" do anuário tem a ver com o facto de, à data de 31 de Dezembro de 2006, o sector autárquico só dispor de meios financeiros para "pagar menos de metade da sua dívida a terceiros". As dívidas totais dos municípios ultrapassaram os 6.637 milhões de euros em 2006, mais 0,7 por cento do que em 2005, sendo que 4.021 milhões de euros correspondiam a dívidas à banca. O stock de capital em dívida relativa a empréstimos bancários diminuiu, ainda assim, 62 milhões de euros no período em análise. Dos 308 municípios do país, 236 apresentaram resultados económicos positivos (em 2005, tinham sido 226). A CTOC adverte, porém, que "a interpretação" deste indicador continua a ser "muito subjectiva" e carece "de uma análise simultânea de outros indicadores, nomeadamente com o saldo efectivo". O anuário financeiro dos municípios é uma publicação da CTOC e conta com o apoio do Tribunal de Contas e da Universidade do Minho.

JD

Lusa/fim